

A Divisão Digital existe mesmo?

Norte e Sul na era da Sociedade em Rede:

O uso das tecnologias de comunicação por parte dos movimentos sociais

Teresa Costa Alves¹

RESUMO

Os primeiros anos da segunda década do século XXI têm-se caracterizado pela proliferação de protestos populares de índole política por parte de grupos sociais de origem apartidária. A crise financeira e econômica mundial foi apenas o início de um período de inquietação social à escala global que parece ter-se instalado sob a égide de práticas sobre as quais urge refletir. Neste artigo, com base na teoria da Divisão Digital de Castells (2000), refletir-se-á sobre o uso dado às tecnologias da informação e comunicação por parte dos movimentos sociais recentemente envolvidos em protestos populares, tanto num contexto de país desenvolvido (Portugal e EUA) como em vias de desenvolvimento (Brasil). Quais as tecnologias mais utilizadas pelos ativistas? Quais as novas plataformas a que recorrem, ou a que novas práticas se dedicam no uso de tecnologias já existentes? Estes questionamentos serão aprofundados através da realização de entrevistas a ativistas de movimentos sociais como o Occupy e os Indignados.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais - Tecnologias de comunicação - Sociedade em Rede - Norte - Sul.

Does the Digital Division exist even?

North and South in the era of the Society in Net:

The use of the technologies of communication for part of the social movements

ABSTRACT

The first years of the 21st century's first decade were characterized by political demonstrations organized by nonpartisan social groups. The financial and economic world crisis were merely the beginning of a global restlessness period with practices that it is urge

¹ Pesquisadora doutoranda do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade na Universidade (CECS) da Universidade do Minho em Braga, Portugal. Graduada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Mestre em Tradução de Culturas pela mesma. Apresentadora e produtora de rádio desde 2003 no Grupo r/com – Renascença, comunicação e multimédia, em Lisboa. teresa.costa.alves@gmail.com

to reflect. In this article, based on Castells Digital Division theory (2000), it is discussed the use of information and communication technologies by social movements that were recently involved in protests – both in the context of developed and developing countries (USA, Portugal and Brazil will be the given examples). What do technology genders activists most use? What new platforms do they recur to, or what new practices they use among the existing technologies? These topics will be addressed recurring to interviews of activists from social movements such as ‘Busy’ and ‘Wroth’.

KEY-WORDS

Social movements - Communication technologies -Network Society - North - South.

Introdução

Estar à altura dos tempos obriga a que se funde a virtualidade do nosso agir coletivo na própria Krisis.
José Bragança de Miranda (1994: 12)

Os primeiros anos da segunda década do século XXI têm-se caracterizado pela proliferação de protestos populares de índole política, sobretudo no Médio Oriente e no Ocidente, por parte de grupos sociais de origem apartidária. A crise económica, que teve início em 2007 nos Estados Unidos e se repercutiu fortemente na Europa, foi apenas o início de um período de inquietação social à escala global que parece ter-se instalado sob a égide de práticas sobre as quais urge refletir.

Revoltas populares como a Primavera Árabe, o 15M/Democracia Real Ya! nascido em Espanha, o grupo de *hackers* Anonymous e o movimento global *Occupy* foram desencadeadas por movimentos sociais cuja organização, estrutura, interação e dialética ainda estão longe de ter sido consistentemente analisados pelo meio académico. “No caso dos movimentos sociais, torna-se indispensável reconhecer a sua ligação com a modernidade” (Correia 2007: 10), tratando-se portanto de um tema em constante evolução e cuja necessidade de atualização é premente. Além disso, como refere Bragança de Miranda (1994), para melhor compreender a atualidade é fundamental um debruçar

ontológico sobre estes tempos de *krisis*, isto é, de “momentos decisivos”, de acordo com a etimologia grega da palavra crise (Chakrabarty 2012).

Devido justamente aos efeitos de uma crise – económica, financeira e, posteriormente, sistémica – Portugal experienciou uma forte movimentação social nos anos de 2011 e 2012, após a introdução de políticas de austeridade, exigência por parte dos credores internacionais. Em contrapartida, o Brasil tem desenvolvido uma intensa mobilização social desde 2013, na sequência do aumento do preço dos transportes públicos e dos gastos públicos com a organização do Mundial de Futebol 2014. Ambos os países serão tomados como objeto de estudo neste artigo: nações separadas pela sua pertença a Mundos distintos (Primeiro e Terceiro), unidos pela mesma língua e por uma história em parte comum.

Neste artigo, serão então considerados os contextos sociais de Portugal e Brasil e os económicos da Europa e da América Latina, permanecendo como um dos seus objetivos centrais a distinção e confrontação entre os dois panoramas de reivindicação social e de protesto popular. Tomando partido da nacionalidade (Portugal) da autora e da sua realocização no período de escrita (Brasil), partir-se-á para o aprofundamento das divisões entre Norte e Sul (Primeiro e Terceiro Mundo) no que diz respeito à forma como os movimentos sociais de contestação política comunicam com a esfera pública, de forma a proceder à mobilização popular no âmbito dos seus protestos.

Assim, tomar-se-ão como exemplos desta divisão planetária entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento os movimentos políticos apartidários do *Occupy* Lisboa e *Occupy* São Paulo. O facto de ambos pertencerem a uma mesma linha de pensamento global, mas que terá especificidades locais representadas pela sua cultura de contestação, história de protesto popular, *modus operandi* organizacional, características psicológicas de persuasão, capacidade de mobilização, entre outras. Assim, a pergunta de partida que acompanhará esta pesquisa empírica será: “Quais as principais diferenças no uso de ferramentas digitais e redes sociais por parte do movimento *Occupy* no Norte e no Sul?”

A âncora que sustentará a reflexão teoria base deste artigo será a obra de Manuel Castells “Sociedade em Rede” (1996). Nele se encontra a sua proposta de Divisão Digital entre o Norte e o Sul, segundo a qual o Primeiro e Terceiro Mundos se encontram separados por duas realidades de desenvolvimento tecnológico distinto: o Norte com

elevado acesso ao mundo digital e o Sul com menor utilização de ferramentas informáticas. Se “a Internet é um espaço descentralizador e cidadão”, como afirmou Castells (2002), então urge entender quais os modelos de comunicação são utilizados pelos interlocutores ao constituírem-se como cidadãos em atos de participação democrática.

O principal objetivo deste artigo é então provar a adequabilidade do conceito de “Divisão Digital” de Castells aos movimentos sociais, tomando como exemplo o movimento *Occupy* e suas estratégias de comunicação para a mudança social. Se possível, tentar-se-á ainda indagar as possibilidades de comunicação no seio deste movimento em áreas do planeta com uso restrito de ferramentas digitais – o chamado “Quarto Mundo”, segundo a mesma teoria de Castells. Testar-se-á a hipótese de existência da referida divisão digital no caso específico dos movimentos sociais, sabendo-se *a priori* que este se trata de um movimento à escala mundial, com orientações políticas globais, reivindicações comuns, estratégias de implementação semelhantes e modos de funcionamento distintos. Fruto de uma pós-modernidade mergulhada no paradigma da globalização, num mundo em que a distância geográfica há muito deixou de ser um impedimento, há neste novo *modus operandi* digital dos protestos populares uma “consciência *glocal*” (Vizer 2007), isto é, um pensamento que tem tanto de local, nas demandas de cada movimento, como de global, na urgência de conexões internacionais e de confluência de ação entre países com as mesmas problemáticas sociais.

Melkote & Steeves (2002) referem brevemente a teoria castelliana na sua obra *Communication for Development and Social Change* (2002) como um dos pressupostos de uma crítica à visão modernista da comunicação para o desenvolvimento que divide o mundo em quatro, em vez dos tradicionais dois (Norte e Sul) ou três (Primeiro, Segundo, Terceiro Mundo). Os mesmos autores sugerem a novidade das ideias de Castells, não lhe proporcionando no entanto o aprofundamento merecido. Assim, pretende-se com este artigo dar continuidade a essa crítica pós-modernista executada pela obra; adensar o conhecimento sobre a comunicação executada no seio de um movimento social que, desde 2011, se tem posicionado num modelo anticapitalista de contestação popular cuja adesão foi transversal às nações; e ainda aplicar a perspectiva da Divisão Digital de Castells ao campo da CDMS, aprofundando a sua representação na divisão de desenvolvimento Norte e Sul, oriunda do pensamento modernista.

Contextos globais de mudança social: um mundo em protesto

Desde o início da crise bancária e financeira em 2007 nos Estados Unidos da América que uma série de movimentos sociais têm encabeçado protestos regulares contra o sistema económico vigente, de índole capitalista. O capitalismo, enquanto sistema estrutural de definição de sociedade, vive de crises, pois trata-se de um sistema assente na desigualdade, combinado dentro de uma hierarquia (Castells 2003). Na essência dos EUA, centro dinâmico do capitalismo, existem uma série de elementos fundamentais para a manutenção de hegemonia. Em primeiro lugar, uma moeda de circulação internacional, como é o dólar, já que moeda é uma reserva de valor; em segundo lugar, um setor perene de Forças Armadas; e a capacidade de desenvolver, produzir e difundir tecnologia (Pochman 2014).

Neste terceiro elemento encontramos o principal sustentáculo do capitalismo atual: a Internet. De acordo com o argumento do sociólogo e político brasileiro Márcio Pochman, logo após a guerra do Vietname, no final dos anos 70, os EUA começam a perder hegemonia e encontraram no desenvolvimento da Internet uma forma de a recuperar, na chamada “guerra cibernética”. Esta é, hoje em dia, a base do desenvolvimento do capitalismo, do seu sistema de informação e comunicação. O salto dos EUA na produção tecnológica, representada em Silicon Valley, representou a terceira revolução tecnológica.

Como todos os processos de funcionamento da sociedade, também as dinâmicas de protesto se começaram a processar através das novas tecnologias de informação, que os EUA globalizaram. A Primavera Árabe, os Indignados em Espanha, o movimento Occupy em Wall Street, os protestos contra o aumento do preço dos transportes públicos no Brasil. Através de réplicas internacionais de protestos locais, que se tornam globais através das redes sociais e *mailing lists*, todos eles se tratam de contestações populares que se expandiram durante um período de tempo variável, para outras cidades, outros países, outros continentes. Em comum têm o facto de as suas reivindicações terem um carácter global, antisistémico e anticapitalista. Começaram por missivas locais que rapidamente se capitalizaram mundialmente, pela

sua natureza holística e consensual de princípios universais. Os média tiveram, também eles, de se ramificar através das mesmas redes de ação, de forma a acompanhar o dinamismo das novas formas de ação.

Então o inesperado aconteceu: explodiram os protestos da praça Taksim, no centro de Istambul. E hoje todo mundo já sabe que a transformação do tal do parque que faz fronteira com a praça em um centro comercial não foi exatamente o motivo dos protestos; um mal-estar mais profundo foi ganhando força sob a superfície. É o mesmo com os protestos que eclodiram no Brasil em meados de junho: foram sim desencadeados por um pequeno aumento no preço do transporte público, mas então por que continuaram mesmo após essa medida ter sido revogada? Mais uma vez, os protestos explodiram em um país que, ao menos de acordo com a mídia, encontrava-se em seu ápice econômico, desfrutando da alta confiança depositada no próprio futuro. Somou-se ao mistério o fato de que os manifestantes foram imediatamente apoiados pela presidenta Dilma Rousseff, que afirmou estar “encantada”. (Žižek 2013: 185)

A natureza destes protestos, dado o seu cariz global, assenta numa dinâmica digital de disseminação, numa contaminação de métodos de ação. Já no passado, Castells (2001) observava a criação de um ciberespaço enquanto fórum de debate e previa a mutação da própria essência do protesto, face à agregação de novos elementos de socialização digital – e que hoje em dia sabemos serem fundamentais para a mobilização dos protestos, enquanto canais de comunicação transversais e acessíveis às massas:

Uma vez que a Internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividade, é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. O ciberespaço torna-se um terreno disputado. No entanto, será puramente instrumental o papel da Internet na expressão de protestos sociais e conflitos políticos? Ou ocorre no ciberespaço uma transformação das regras do jogo político-social que acaba por afetar o próprio jogo – isto é, as formas e os objetivos dos movimentos e dos atores políticos? (Castells 2003: 114)

Uma década volvida, sabemos que a segunda premissa da questão colocada por Castells é verdadeira. Os movimentos sociais, cuja definição por parte do mesmo autor tomaremos como conceito basilar – “ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade” (2003: 114) – têm utilizado fundamentalmente a Internet de acordo com três tipos de agir coletivo: i) como ferramenta e instrumento de comunicação com o exterior, na divulgação, informação e mobilização da sociedade civil; ii) como arena de debate e discussão política entre os membros do próprio movimento, numa lógica de comunicação interna; iii) e ainda como objeto reflexivo de protesto, sendo ela própria alvo de protesto contra o seu sistema de funcionamento, nomeadamente em questões de privacidade, disseminação de bases de dados e usufruto privado de informação veiculado através da Internet.

Tal inconsistência, essa necessidade de quebrar suas próprias regras, cria um espaço para intervenções políticas: quando o capitalista global é forçado a violar suas próprias regras, abre-se uma oportunidade para insistir que essas mesmas regras sejam obedecidas. Isto é, exigir coerência e consistência em pontos estrategicamente selecionados nos quais o sistema não consegue se manter coerente e consistente é uma forma de pressioná-lo como um todo. Em outras palavras, a arte da política reside em insistir em uma determinada demanda que, embora completamente “realista”, perturba o cerne da ideologia hegemônica e implica uma mudança muito mais radical, ou seja, que embora definitivamente viável e legítima, é de fato impossível. (Žižek 2013: s.p.)

Uma das consequências da comunicação digital parece ser a mutação das relações entre indivíduos e o sistema mediático. Na “sociedade em rede” castelliana prevalecem as redes sociais como forma de comunicação, tendo os grande média visto a sua credibilidade e preponderância enquanto *opinion-makers* ser reduzida, em prol de conteúdos difundidos através de *Facebook*, *Twitter* e blogs. O cidadão é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor de conteúdo. Esta forma de comunicar gerou novos media mas também diferentes media: rádio que não é apenas som, porque também utiliza registos imagéticos no seu *website* e *Facebook*; jornais que deixaram de vender apenas a sua versão impressa, sendo até mais lidos na sua edição *online*; televisão que utiliza os conteúdos, críticas e comentários gerados nas suas redes sociais para gerar

conteúdos para os seus programas. Existe uma fronteira cada vez mais ténue entre os papéis de emissor e recetor – mas estará esta profusão de meios e conteúdos a contribuir para uma sociedade mais esclarecida e, portanto, uma democracia mais participativa?

Participação democrática e ferramentas digitais nos movimentos sociais

Os primeiros anos do século XXI foram e continuam a ser marcados pela intensificação das relações sociais baseadas na comunicação digital. Os mecanismos de inter-relação pessoal encontram-se cada vez mais associados a conteúdos digitais, tanto na expressão dos laços de afetividade em si mesmos, como na veiculação de conteúdos de carácter ideológico.

A comunicação é, hoje em dia, um fator divisório do mundo. As políticas de reclusão mediática da Coreia do Norte, por exemplo, têm transformado estes países numa “ilha mediática à deriva” no planeta. China, Cuba, e mesmo os países com fracos dispositivos de conexão de banda larga estão aparte das redes que interligam o mundo e abolem as fronteiras. Os meios de comunicação são geradores de uma significação de dominação mundial, como também são eles próprios dominados pelas instâncias de poder.

É próprio de uma situação como esta a existência de antagonismos e o surgimento de alternativas constituídas por segmentos em busca de soluções para os problemas sociais. É instigante o papel dos grandes meios de comunicação de massa e digitais que, a primeira vista, parecem atuar autonomamente e de forma independente, como se fossem “um quarto poder”, mas que, de fato, são orgânicos às classes dominantes para ajudar na consecução de seus interesses organizados. (Peruzzo 1998: 161)

Os conceitos separatórios de Primeiro e Terceiro Mundo por Alfred Sauvy (1952), baseados na conjuntura geopolítica foram, com o rápido crescimento económico do final do século XX e da virada do milénio, substituídos pelos conceitos de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Na sequência do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, se antes o conceito de acessibilidade aos bens primários era o

motivo da separação desigual do mundo, hoje segundo Castells (2003) a nova divisão entre países relaciona-se com a existência ou ausência de acesso a meios digitais ligados à Internet:

A Divisão Digital fundamental não é medida pelo número de conexões à Internet, mas pelas consequências tanto da conexão como da falta de conexão. Porque a Internet, como este livro mostra, não é apenas uma tecnologia. É a ferramenta tecnológica e a forma organizacional que distribui informação, poder, geração de conhecimento e capacidade de interconexão em todas as esferas de atividade. Assim, países em desenvolvimento são capturados numa rede emaranhada. Por um lado, estar desconectado ou superficialmente conectado com a Internet seria o equivalente a industrialização sem eletricidade na Era Industrial. É por isso que a declaração frequentemente ouvida sobre a necessidade de se começar com os “problemas reais do Terceiro Mundo” – designando com isso saúde, educação, água, eletricidade e assim por diante – antes de chegar à Internet, revela uma profunda incompreensão das questões atuais relativas ao desenvolvimento. (2003: 220)

Para Castells, a acessibilidade à Internet constitui um dos pilares do desenvolvimento e da sustentabilidade da atualidade. O acesso digital torna-se então uma questão política e econômica, divisora de potencialidades de ação. Além de processos e modos de ação de protesto, os meios de comunicação em rede têm permitido alguma descentralização de poder e a horizontalidade pretendida pelos novos movimentos sociais anticapitalistas e apartidários de motivação política. Esta descentralização dos instrumentos de informação parece ter permitido a deslocalização das instituições de poder da comunicação, permitindo ao cidadão participar mais ativamente, através de uma seleção individual dos conteúdos que consome.

De acordo com algumas entrevistas realizadas em São Paulo no início de junho de 2014, o movimento Ocupa Sampa, a par de outros movimentos sociais com as mesmas características de horizontalidade, participação e desvinculação de poder (como o Movimento Passe Livre, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) caracterizou-se, fundamentalmente, como um movimento de ocupação do espaço público, com um lema anticapitalista, e antipartidário, assente nos princípios da horizontalidade, do consenso e da não-violência. O início do acampamento

no Viaduto do Chá, em São Paulo, teve lugar no dia 15 de outubro de 2011, após o pedido de solidariedade internacional realizado pelo *Occupy Wall Street*.

Em termos de utilização das tecnologias de informação e comunicação, o movimento utilizava sobretudo as redes sociais (em especial a página de *Facebook*), a *mailing list*, o *blog* e o *YouTube*, para partilha de vídeos. As tecnologias de informação e comunicação, por terem permitido a disseminação dos movimentos e protestos à volta do planeta, tornaram-se nas entidades fundadoras desses próprios movimentos e protestos. Além disso, foram e continuam a ser utilizadas pelos ativistas para comunicação interna e externa, nacional e internacional. Observados como canais privilegiados de mobilização e veiculação da ideologia do movimento, as redes sociais possuem algo que os ativistas não encontram nos grandes meios de comunicação de social: total controlo sobre a informação veiculada:

A forma superficial como têm sido tratadas as notícias dos movimentos sociais da contestação e das propostas alternativas, tratadas sem o devido aprofundamento e com demasiada leveza (...) mostra claramente que os movimentos sociais não podem contar apenas com os media, havendo cada vez mais a noção de que têm que ser eles próprios a criar os seus meios de divulgação alternativos e ser através deles (com a informação devidamente tratada) que se faz a ponte com os media institucionais. (ativista português, Indignados de Lisboa 2014: entrevista pessoal)

A relação dos movimentos sociais com a comunicação social não tem sido, portanto, isenta de polémica. Dada esta relação de pouca confiança, as formas encontradas por estes movimentos sociais para comunicarem as suas ações têm sido, segundo estes ativistas, fundamentalmente o comunicado de imprensa, a conferência de imprensa, a entrevista, a participação em debates televisivos e contactos diretos com jornalistas. É frequente a produção de conteúdos próprios, divulgados através das redes sociais e da blogosfera, tais como manifestos, declarações, cartas abertas, peças de jornalismo independente e registo de imagens. Estes conteúdos pretendem “oferecer informação e pontos de vista alternativos para produzir contra-narrativas que contrariem as narrativas veiculadas pelos media institucionalizados” (ativista português, sem pertença a qualquer grupo, colabora com diversos movimentos).

Na sequência deste desentendimento funcional entre os grandes meios de comunicação e os movimentos sociais, surgiu a necessidade de criação de novas plataformas de comunicação, para uso exclusivo dos ativistas envolvidos nos referidos movimentos. Sistemas como o N-1 e o Rise-Up foram criados para otimização da comunicação interna e do debate para ativação de mobilizações de protesto, funcionando tanto como rede social como enquanto fórum de discussão *online*.

Além de novas plataformas, também as antigas passaram a usufruir de novas formas de funcionamento, como por exemplo o vídeo e o YouTube. “O vídeo tornou-se a nossa grande arma” (ativista brasileira, Ocupa Sampa) e transformou-se mesma numa arma de defesa pessoal. Sempre que ocorria algum confronto com a polícia, os ativistas mobilizavam-se de imediato para o registo fílmico desse momento, de forma a ganharem provas documentais para sua defesa em tribunal. Esta utilização do vídeo como arma de defesa pessoal, nomeadamente da câmara de filmar e do YouTube, constitui um dos mais interessantes usos das tecnologias de informação por parte dos movimentos sociais.

Além disso, esta tendência parece ser transversal aos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, demonstrando que, atualmente, nos movimentos sociais globais de cariz anticapitalista e apartidário não parece ser premente a Divisão Digital de Castells. Ativistas dos movimentos sociais Indignados de Lisboa, Plataforma 15 de Outubro e PAGAN – Plataforma Anti- Guerra Anti-NATO, entrevistados em Lisboa em janeiro de 2013, também mencionaram o uso do vídeo como forma de registo essencial para a defesa individual em tribunal. Igualmente um ativista norte-americano do Occupy Wall Street referiu a mesma função do vídeo no seio do movimento Occupy e referiu ainda a importância do *livestreaming* para que esse registo fique armazenado num servidor *online* seguro, com raras possibilidades de apreensão por parte das forças policiais, como é o caso de uma simples câmara fotográfica e respetivo cartão de memória.

Deste modo, observa-se a intensa utilização de redes sociais e demais plataformas de comunicação digital por parte dos ativistas dos vários movimentos sociais alvo de análise, tanto em Portugal como no Brasil. As redes de disseminação de informação são semelhantes e transversais a países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, graças também a uma possibilidade de acesso generalizado. A maioria dos ativistas entrevistados referiu ter acesso ao seu próprio computador e a uma ligação de Internet de banda larga,

meios que, aliás, se encontravam disponíveis para utilização comunitária nos acampamentos do Ocupa Sampa e dos Indignados de Lisboa.

Conclusões

As novas tecnologias de informação e comunicação têm vindo a adquirir um papel fundamental na vivência dos movimentos sociais: no seu relacionamento interpessoal, na mobilização de cidadãos para os seus protestos, na comunicação externa com os jornalistas, na comunicação interna e organização conjuntural entre si.

Redes sociais, como o *Facebook*, o *Twitter*, e outras plataformas de divulgação e disseminação de informação, como os *blogs*, *Google Groups* e *mailing lists* – ferramentas pertencentes ao sistema que muitas vezes criticam –, são utilizadas. Por outro lado, outras plataformas têm vindo a ser criadas, de certa forma mais aparte do sistema, tornando-se meios de comunicação privilegiados para o debate e a troca de informações entre ativistas, entre jornalistas e ativistas e entre cidadãos anónimos e ativistas.

Nos últimos anos, o vídeo tem-se tornado uma arma de defesa pessoal para muitos dos membros dos movimentos sociais, sendo recorrentemente utilizado com o objetivo de registar eventuais usurpações de poder por parte das forças policiais. Também o *livestreaming* tem sido utilizado como uma tecnologia de armazenamento seguro de provas legais que poderão vir a defender ativistas em tribunais de acusações de desordem pública.

Apesar das duras críticas tecidas pelos ativistas entrevistados aos meios de comunicação social de massas, todos partilham o pensamento de que os movimentos sociais necessitam de exposição mediática para divulgar as suas atividades e conquistar mais participantes. Essa exposição nos média é, como foi referido por um dos entrevistados, mais intensa nos dias prévios, no próprio dia e no dia seguinte às manifestações populares. Fora deste contexto de dia de manifestação popular, parece ser difícil aos movimentos sociais alcançar visibilidade mediática e entendimento com os jornalistas, frequentemente acusados de desconhecimento técnico face ao *modus operandi* dos movimentos sociais – sobretudo quando é estabelecida uma comparação com a sua relação com os partidos políticos.

A questão do acesso a estas tecnologias é universal aos movimentos sociais anticapitalistas apartidários, como é o caso do Ocupa Sampa e dos Indignados de Lisboa. Parece existir uma certa literacia e nível social por parte dos ativistas mais envolvidos nestes movimentos, o que favorece a utilização efetiva das mais recentes tecnologias de

informação e comunicação. A questão do acesso, implicada por Castells na sua teoria da Divisão Digital, parece ser mais atual nos países com dificuldades sérias de acesso à Internet, como é caso da maioria dos países africanos e se alguns países asiáticos, ou até mesmo de certas regiões do Brasil, como as zonas menos urbanizadas da Amazônia.

Existe um consenso generalizado sobre a forma como a utilização das redes sociais enquanto formas de comunicação nas organizações da sociedade civil tem transformado as formas de participação democrática. No entanto, não existe consenso no sentido de prever os efeitos das redes sociais enquanto fóruns de discussão virtual no processo político do futuro. Espera-se que este artigo possa conduzir a um caminho de discussão sobre a participação política dos movimentos sociais através do uso que fazem dos novos média.

Referências

- Bryman, A (2001). **Social Research Methods**. Oxford: Oxford University Press.
- Benzaquen, J. (2012). **A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos**. In Revista Educação e Sociedade. vol. 33, nº 120.
- Carvalho, A. *et all* (2010). **Estado e políticas públicas Brasil e Portugal: novas configurações e desafios do presente**. In *Revista de Políticas Públicas*, vol.14. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/405/810>. Último acesso a 25/04/14.
- Carvalho, M. (1995). **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Instituto Pólis.
- Castells, M.
- (2013). **Redes de Indignação e de Esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar.
 - (2006). **The Theory of The Network Society**. Bodmin: MPG Books.
 - (2003). **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar.
 - (2000). **The Rise of The Network Society: The Information Age: Economy, Society and Culture**. New York: John Wiley & Sons.
- Castells, M. and Cardoso, G., eds., (2005). **The Network Society: From Knowledge to Policy**. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations.
- Drache, D. e Froese, M. (2004). **The growing global Communications Grid: shrinking the North-South divide?** In http://www.yorku.ca/drache/academic/papers/gcf_growing.pdf.

Freire, P. (1995). **Constituição de uma nova cultura política**. In Villas-Boas, R.; Telles, V. *Poder local, participação popular, construção da cidadania*. São Paulo: Instituto Cajamar.

Gohn, M. (2013). **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes.

Harvey, D., Zizek, S., *et all* (2012). **Occupy**. São Paulo: Boitempo Editorial.

Harvey, D. (2009). **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo Editorial.

Jacobson, T. (1994). "Modernization and post-modernization approaches to participatory communication for development". In White (1994), **Participatory communication: working for change and development**. Thousand Oaks: Sage Publications.

Lera, F. e Billón, M. (2004). **The North and South Digital Divide in Information and Communication Technologies Development: the Spanish Regions Case**. Disponível em <http://www-sre.wu-wien.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa04/PDF/307.pdf>, último acesso a 25/04/14.

Melkote, S. (2003). "Theories on development communication. In Mody, B., **International and development communication: a 21st century perspective**. Thousand Oaks: Sage Publications.

Melkote, S. & Steeves, J. (2001). **Communication for development in the third world: theories and practices for empowerment** (2^a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.

Miranda, J. (1994). **Analítica da Atualidade**. Lisboa: Veja.

Nordenstreng (2001). '**Media and Democracy: Do we know what to do**', In *Television & New Media*, 2: 57-63.

Peruzzo, C (1998). **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes.

Pochman, M. (2014). "Desenvolvimento e Mudanças Sociais em Contexto de Crise" (palestra). V Seminário Nacional de Sociologia e Política, Curitiba, 15 maio 2014.

Reis, C. (2011). **Os Bastidores da Mídia e os Movimentos Sociais: o caso do MST**. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Santos, B. (2013). **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Coimbra: Almedina.

Santos, J. (2012) **Media e Poder: O poder mediático e a erosão da democracia representativa**, Lisboa: Vega.

Santos, Milton (2000). **Por uma Outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record.

Trappel, J. & Maniglio, T. (2008) **'Media and Democracy'**, artigo apresentado no Media 08 Communication and Humanity Conference LSE, Department of Media and Communication. London, 21-23 setembro 2008.

Vizer, E. (2007). **Mídia e Movimentos Sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus.

Van Dijk, J.

- (2010). Review of Manuel Castells (2009), **Communication Power**, Oxford, New York: Oxford University Press. In *Communications, The European Journal of Communication* ISBN 978-0-19-956-701-1.
- (1991). **The Network Society: Social Aspects of New Media**. De netwerkmaatschappij Bohn Stafleu Van Loghum, Houten: De netwerkmaatschappij Bohn Stafleu Van Loghum.

Warschauer, M. (2002). **Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide**, Cambridge: MIT Press.

Winocur, R. (2002). **Ciudadanos mediáticos: La construcción de lo público en la radio**. Barcelona: Editorial Gedisa.

Zizek, S. (2011). **"Discurso de Slavoj Zizek aos manifestantes do Occupy Wall Street"**. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street>.